

CONDICIONANTES E DESAFIOS PARA PARTICIPAÇÃO SOCIAL NO PROCESSO DE IMPLANTAÇÃO DO PLANO DE LOGÍSTICA SUSTENTÁVEL EM UMA UNIVERSIDADE PÚBLICA

1 INTRODUÇÃO

A vida na superfície terrestre enfrenta severas ameaças, seja pelas transformações técnico-científicas, seja pelos hábitos individuais e coletivos da humanidade, que promovem perturbações e ameaçam o equilíbrio ecológico, favorecendo sua degradação (GUATTARI, 2012) e exigindo alternativas para o desenvolvimento da vida em sociedade (ESPÍNDOLA, NETO & SOUZA, 2017).

Uma opção, conforme esses autores, é a gestão social, na qual a população protagoniza a produção do bem comum; no entanto, uma dificuldade dessa alternativa é sensibilização sobre os impactos negativos ao meio ambiente, que pode, conforme Moraes, Dos Santos e Marques (2018), ser superada pela adoção de políticas pública multidisciplinares voltadas à conservação ambiental. Conquanto exista um sistema voltado às ações para regulação do meio ambiente (Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA), como asseveram Moares *et al* (2018), muito ainda se espera quanto a sua preservação.

Explorando a força de disseminação de boas práticas das Instituições de Ensino Superior (IES), Conceição (2020) infere que as ações sustentáveis podem ser executadas tanto no âmbito público, como privado, mas quando realizadas nas IES têm um efeito multiplicador devido ao número de pessoas atingidas. Esse potencial multiplicador possibilita dar visibilidade às ações socioambientais que acontecem nas IES, como no estudo em questão, o Plano de Logística Sustentável (PLS) da Universidade Federal do Pampa (Unipampa).

Com efeito, um dos campos teóricos de sustentação desta pesquisa, se constitui em oportunidade para dialogar com essa rede – tanto de escala global, quanto local, como no caso o PLS na Unipampa. Objetiva-se, ao final do estudo, conhecer a experiência dos gestores da Unipampa na elaboração do PLS, mormente, as adversidades enfrentadas e as recomendações superá-las.

Com base nesse contexto, definiu-se como objetivo deste estudo identificar os condicionantes e desafios para implantação do PLS em uma universidade pública. Já, sua estrutura observa, após esta seção da Introdução, o Referencial Teórico, sucedido pela Metodologia. Na sequência, são apresentados e discutidos os Resultados, sucedidos pelas Considerações Finais. Por fim, elencam-se as Referências.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Conquanto o conceito da sustentabilidade esteja assentado mundialmente, proporcionando subsídios para realização de ações e estratégias que fazem parte do cotidiano das instituições, porém se reconhece que ainda há necessidade de políticas públicas para diminuir os impactos aos ambientais nocivos (KIEKOW *et al.*, 2019), a busca pela sua efetividade exige mudanças de ordem cultural, política, econômica e, principalmente, mudanças na atitude humana, proporcionando melhores condições para sociedade, porém ainda é um campo não prioritário para a sociedade, devido a busca por lucros máximos e as “maravilhas exossomáticas” da sociedade pós-moderna (CORONEL e DA SILVA, 2009).

Nesse contexto, Salm (2014) destaca a relevância da participação social, em maior ou menor grau, para o desenvolvimento sustentável. A comunidade é, ao lado do poder público, por práticas e valores coerentes com a multidimensionalidade humana, como o interesse público sobre o interesse privado, focando na autorrealização e na sustentabilidade da biosfera (SALM, 2014).

Do ponto de vista doutrinário, Luiz, Pfitscher e Rosa (2015) salientam que plano de ações com práticas de sustentabilidade e racionalização no uso de materiais e serviços e forma de avaliação por meio de indicadores são aspectos que o PLS deve resguardar. Sustentam, ainda, que ações de sensibilização e capacitação são fundamentais para a boa execução das demais ações do PLS. Keikow *et al.* (2019) afirmam que as organizações que direcionam suas inovações de prestação de serviços para aspectos sustentáveis melhoram sua competitividade em relação a seus concorrentes. Por fim, para Sachs (2008), as soluções para os problemas socioambientais não estão nas forças do mercado, devido a sua incapacidade de superá-los, mas na cooperação global. Nesse escopo, a partir das lições sobre logística de Oda *et al.* (2009) e, sobretudo, de logística sustentável de Farias *et al.* (2013), investigar a implantação do PLS, no contexto universitário, pode ser viável para demonstrar o quanto é importante a participação dos atores sociais para uma universidade mais participativa e sustentável.

O PLS da Unipampa foi constituído pela Resolução nº 141 de 30 de junho de 2016, aprovada pelo Conselho Universitário (CONSUNI) em 30 junho de 2016, de acordo com a Ata nº 73º Reunião Ordinária, possui nove eixos temáticos e tem como o objetivo geral do PLS da Unipampa é estabelecer diretrizes e um conjunto de programas para a inserção de atributos de sustentabilidade na gestão da logística da universidade (UNIPAMPA, Resolução 141, p. 13-14, 2016). A condução do PLS atribuída a 8 membros, todos da categoria TAE do PLS da Unipampa, foi instituída pela Portaria nº 1164, de 03 de agosto de 2021, vigente desde então.

3 METODOLOGIA

Neste estudo, optou-se pelo delineamento de pesquisa ancorado no estudo de caso, na qual a unidade de análise é o Processo de elaboração do PLS da Unipampa. Quanto à abordagem da pesquisa, caracteriza-se como qualitativa porque os dados levantados objetivam expressar o “como” se dá o processo de elaboração do PLS. Para Collis e Hussey (2005) a pesquisa qualitativa significa um processo que não se utilizou de métodos quantitativos para análise. Quanto ao estudo de caso, segundo Yin (2001) é usado quando há questões do tipo “como” e “por que”, ou ainda, quando o pesquisador tem pouco controle sobre os eventos e quando o foco se encontra em fenômenos contemporâneos inseridos em algum contexto da vida real. Ainda para este autor, a triangulação dos dados permite obter mais veracidade e confiabilidade na descrição dos fatos, aumentando assim a validade do estudo, devido a fontes distintas de evidências. Dessa forma, as fontes de evidências do estudo para realizar a triangulação dos dados, foram:

- Entrevistas semiestruturadas com Diretores de campus da época de 2014 e membros da Comissão Especial de elaboração do PLS da Unipampa de 2014;
- Portaria de convocação dos membros da comissão do PLS e dos diretores de campus;
- Resolução nº 141, de 30 de junho 2006 – Aprovação do PLS;
- 73º ata de reunião ordinária do CONSUNI;
- Site CONSUNI – composição dos membros do CONSUNI – titulares e suplentes.

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Os 10 cooperadores desse estudo foram divididos quanto ao sexo (3 femininos e 7 masculinos), quanto ao cargo (7 TAE e 3 docentes) e quanto tempo de Unipampa, quesito em que a maioria deles conta com mais de 10 anos de exercício na universidade. Conquanto a adesão às entrevistas tenha sido aquém das expectativas iniciais para o presente estudo, a amostra que contribuiu para o resultado é bastante qualificada, sendo 7 membros comissão do PLS de 2014 e de 3 diretores de campi de 2014.

Esse ensaio tem como proposta estabelecer um juízo acerca das condicionantes à

participação social no processo de implantação de PLS, bem como, quais são os desafios para a implantação desse modo de cooperação.

Quanto às adversidades que podem ter prejudicado o envolvimento da comunidade no PSL, destacaram as seguintes: a. Ausência de determinação de quais nichos sociais deveriam ser - necessariamente consultados; b. Carência de esclarecimentos sobre a importância do plano; c. Insuficiência de insumos, aliado à escassez de recursos técnicos e financeiros, à efetivação da participação; d. Ausência de motivação e comprometimento dos agentes da própria universidade; e. Limitações na transparência na elaboração da agenda e no acesso às informações.

Por outro lado, é possível perceber que, a despeito das dificuldades, os representantes do corpo acadêmico têm propostas para melhorar a participação popular no PLS. Por exemplo, o entrevistado H destaca a transparência, educação e políticas de incentivo à economia de recursos ambientais como veículos de conscientização da importância de um PLS. Desenvolvendo essa percepção preliminar, o entrevistado I assevera que, embora seja difícil falar sobre quais seriam os fatores determinantes para motivar as pessoas, o conhecimento sobre o processo em que estão inseridas, suas razões/justificativas e resultados almejados podem servir como estímulo à participação. Isso é, transparência no gerenciamento da comissão e busca por resultados concretos.

O entrevistado I se filia àqueles que creem que um ambiente transparente é basilar para atrair o corpo social para contribuir na implementação de políticas públicas. Do mesmo modo que o entrevistado F, que se mostrou bem entusiasmado com o tema, que acrescentou, que a participação da comunidade precisa ser estimulada, sendo que eventos, tais como, a semana acadêmica, podem ser uma veículo para essa aproximação. Por vezes negligenciados, mas protagonistas, como rede de apoio, nos assuntos que rodeiam a sustentabilidade, o entrevistado F lembrou do papel da reciclagem e dos recicladores, referindo que os trabalhadores desse segmento são desvalorizados, não apenas pela sociedade, mas pela própria administração pública. Ademais, é preciso que a população assuma sua parcela de responsabilidade na busca por um meio-ambiente saudável, não sendo possível que seja uma atribuição exclusiva da administração pública.

A sociedade está em constante mudança e isso reflete no comportamento humano, seus costumes e propósitos de vida; na forma de interação com outros membros da sociedade (SOUZA, 2015). Porém o ser humano continua explorando de forma irracional os recursos naturais, assim como, continua gerando diversos tipos de poluição (ALVES, 2016). Embora não sejam propósitos altruísticos do ponto de vista da comunhão de esforços para o desenvolvimento do PLS da Unipampa, o entrevistado J entende que estimular o interesse pessoal, por exemplo, progressão na carreira, ou no caso dos estudantes, a conclusão de atividades complementares, poderia fomentar a participação dos docentes e discentes na produção do planejamento.

O Entrevistado I avalia que a participação dos membros externos no CONSUNI pode estar sendo prejudicada pelas dificuldades de ajustar os horários das reuniões de alinhamento. E, também, a estrutura da comissão, que está muito burocrática, sugeriu transformá-la em um projeto, visto que, o caminho a ser percorrido até os resultados pode ser superado com atitudes diárias, que independem do planejamento legal em regência.

Para encerrar a análise, resgata-se um trecho da fala do Entrevistado J, para ele a adesão da comunidade da PLS seria otimizada por campanhas midiáticas mais visíveis, tais como: cartazes, banners, etc. Ou seja, um planejamento tão importante, que requer colaboração de todo um corpo social não pode ser parcialmente divulgado; pelo contrário, deve se fazer presente em todos os veículos de comunicação disponíveis.

Diante dos relatos, percebe-se ser, praticamente, consenso entre os(as) entrevistados(as), de que para ter participação é preciso começar demonstrando os resultados

que se quer obter, assim como dar condições para que as pessoas possam participar e contribuir na produção de bens ou serviços públicos.

Segundo Salm e Menegasso (2010) a participação do cidadão na esfera pública, geralmente, está associada ao poder e ao controle, mas também, relacionada diretamente com os estudos sobre democracia, não sendo isso o foco principal deste trabalho. Para os autores, a participação é necessária, também, para proteger a liberdade, desenvolver a democracia e permitir o equilíbrio psíquico do cidadão.

Para Souza (2015) a coprodução, quando aplicada na administração pública, pode trazer diversos benefícios tanto para a sociedade, cidadãos e para o estado. Esses benefícios estão relacionados com a materialização de valores que envolvem a democracia, a participação, a transparência e a responsividade, como também a eficácia e eficiência dos serviços públicos entregues à sociedade. Este autor relata que quando há a participação de diversos agentes em diferentes níveis e tipos de participação, a coprodução acaba se realizando por meio de uma rede que coproduz o bem público.

Finalizando, os resultados deste artigo indicam que não houve participação social na constituição da comissão para formalização do PLS da Unipampa, sendo que no porvir, pelo menos, 3 desafios para participação social no PLS devem ser superados: 1. Criação de campanhas institucionais criativas sobre o PLS, de modo a fomentar a participação social na elaboração do documento; 2. Gerenciamento dos recursos disponíveis, para ações mais sustentáveis e menos onerosas ao erário; 3. Estabelecimento de critérios atrativos para participação da comunidade externa, com exclusão de elementos que dificultem o entendimento da pretensão; 3. Associação com entidades públicas e/ou privadas.

Além desses critérios objetivos, é salutar que, uma vez que a comunidade tenha demonstrado interesse em assumir seu papel, os responsáveis pela condução do projeto devem estar atentos a objetividade das reuniões, horários dos eventos e meios que tornem possível a contribuição de todos que se disponibilizaram, independentemente de onde estejam; bem como, evitem, sempre que viável, procedimentos burocráticos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho buscou identificar os condicionantes e desafios para implantação do PLS em uma universidade pública. Os dados foram coletados por meio de análise documental e entrevistas com membros da comissão do PLS e gestores dos diversos campi. A análise dos dados se deu por meio da Análise de Conteúdo.

O Plano de Logística Sustentável é uma ferramenta de gestão que visa promover ações para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável por meio das contratações públicas. O PLS na Unipampa foi criado em 2016 e tem objetivo de “estabelecer diretrizes e um conjunto de programas para a inserção de atributos de sustentabilidade na gestão da logística da Universidade” (UNIPAMPA, Resolução 141, p. 13-14, 2016).

Embora na constituição da comissão para elaboração do PLS, tenham sido identificadas características que coadunam com algumas características das tipologias de coprodução, conforme Salm (2014), como: protagonismo e poder do Estado ao emitir um normativo para as Instituições aderirem; transparência de acordo com a Lei; concepção do interesse público definido e expresso pela lei; não foi possível evidenciar outras características como compartilhamento de responsabilidade, engajamento, envolvimento e responsividade, frente à ausência de participação social.

Na constituição da comissão do PLS, a Instituição optou por não abrir a comissão nem para os campi, nem para a comunidade externa. Não teve representatividade das categorias discentes, docentes e comunidade. Esse fenômeno pode ser identificado como um

neoinstitucionalismo, no qual a Instituição aplica métodos e técnicas, exclusivamente, com o propósito de atender o marco regulatório, numa perspectiva de Gestão Estratégica.

Por fim, ao analisar os condicionantes/desafios para participação social no processo de implantação do PLS pode-se inferir que para haver participação social é preciso que a administração pública proporcione uma abertura de espaços para que grupos de interesse da sociedade civil tenha voz e demonstrem sua intenção na participação das ações da universidade, mas para isso, é preciso demonstrar para a sociedade o porquê da participação, qual importância, por exemplo do PLS, o que é e para que serve plano.

A limitação deste trabalho está relacionada com os meios de investigação, visto que se utilizou apenas investigações documentais e entrevistas via *google meet*. Outra limitação foi não conseguir obter entrevistas com todos os membros da comissão especial do PLS, com todos os diretores e representantes do CONSUNI (discente e comunidade externa). E, ainda, salienta-se que o ciclo da pandemia Covid 19 limitou a mobilização das pessoas nos fenômenos e nos processos sociais.

Para estudos futuros, sugere-se analisar a participação social na aprovação do PLS no Conselho Universitário da Unipampa em comparação com outras Instituições. Ou ainda, analisar a percepção dos estudantes da Unipampa sobre a participação social em temas como o PLS. O tema da coprodução é importante e dialoga com uma gestão mais social, assim para contribuir e dar continuidade a temática coprodução do bem público, a pesquisa pode ser replicada em outras instituições de ensino.

REFERÊNCIAS

ALVES, Ricardo Ribeiro. Administração verde: o caminho sem volta da sustentabilidade ambiental nas organizações. 1 ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2016.

COLLIS, Jill; HUSSEY, Roger. Pesquisa em administração: um guia prático para alunos de graduação e pós-graduação. 2.ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.

CONCEIÇÃO, Diogo Amarildo. Plano De Logística Sustentável: Uma Análise Sob a Perspectiva Da Teoria Da Modernização Ecológica. 2020.

CORONEL, Daniel Arruda; DA SILVA, José Maria Alves. Ética e Desenvolvimento Sustentável. REVISTA DE ECONOMIA E AGRONEGÓCIO, VOL.7, Nº 3 ESTADÃO. 2009. Mares e oceanos mais poluídos do planeta. Disponível em <https://marsemfim.com.br/mares-e-oceanos-mais-poluidos/>. Acesso em 01 de maio de 2020.

ESPÍNDOLA, A. R. C.; NETTO, L. M.; SOUZA, V. B. A GESTÃO SOCIAL NO CONTEXTO DA GESTÃO AMBIENTAL: ANÁLISE DA CRIAÇÃO E OPERACIONALIZAÇÃO DO PROJETO 3R ARQ-UFSC. Environmental and Social Management Journal, São Paulo (SP), v. 11, n. 1, p. 56–72, 2017. DOI: 10.24857/rgsa.v11i1.1189. Disponível em: <https://rgsa.emnuvens.com.br/rgsa/article/view/1189>. Acesso em: 31 aug. 2022.

FARIAS, Christiano Alves; NETO, João Zaleski; ZULIETTI, Luis Fernando; RUGGIERO, Sérgio. No limiar da quarta revolução industrial: Iniciativas para sustentabilidade por Empresas líderes do setor automotivo rumo à nova economia. Revista de Administração FACES, v. 2, nº. 3, 2013.

GUATTARI, Félix. As três ecologias. 21ª ed. Campinas, SP: Papirus, 2012.

KIEKOW, Andrea Simini *et al.* Sustentabilidade nos serviços: uma revisão sistemática da literatura. *Revista Gestão e Sustentabilidade Ambiental*, Florianópolis, v. 8, n. 3, p. 606-619, jul/set. 2019.

LUIZ, Liliam Campagnin; PFITSCHER, Elisete Dahmer; ROSA, Fabrícia Silva da. Plano de Gestão de Logística Sustentável: proposição de ações e indicadores socioambientais para avaliar o desempenho nos órgãos públicos Federais. *Revista de Administração da UFSM.*, Santa Maria, v. 8, Ed. Especial XVI ENGEMA, p. 08-27, 2015. Disponível em . Acesso em 25 jun. 2020.

MORAES, C. A.; DOS SANTOS, L. K.; MARQUES, J. da S. Práticas Sustentáveis: Pressupostos e Limitações. *Revista Científica da AJES*, Juína/MT, v. 7, n. 14, p. 28 – 37, Jan/Jun. 2018.

ODA, Marcel; MIRANDA, Zoraide Amarante Itapura de; ITANI, Alice; LICCO, Eduardo; KULAY, Luis Alexandre. Logística Sustentável: contribuição a processos de gestão. In *Interfacehs: Revista de Gestão Integrada em Saúde do Trabalho e Meio Ambiente*, v. 4, n. 1, 2009.

SACHS, J. A riqueza de todos: a construção de uma economia sustentável em um planeta superpovoado, poluído e pobre. Tradução Sérgio Lamarão. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.

SALM, José Francisco; MENEGASSO, Maria Ester. Proposta de modelos para a coprodução do bem público a partir das tipologias de participação. In: *ENCONTRO CIENTÍFICO DE ADMINISTRAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO*, 24, 2010, Rio de Janeiro, Anais. Rio de Janeiro: ANPAD, 2010. Disponível em < <http://www.anpad.org.br/admin/pdf/apb633.pdf> >. Acesso em 13 mar. 2021.

SALM, J. F. Coprodução de bens e serviços públicos. In: BOULLOSA, Rosana de Freitas (org.). *Dicionário para a formação em gestão social*. Salvador: CIAGS/UFBA, 2014, p. 42 44.

SOUZA, Victor Burigo. *A Coprodução Do Bem Público Aplicada Aos Projetos De Administração Pública Premiados Pelas Nações Unidas*. 2015. 166 f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Curso de Pós-graduação em Administração da Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2015.

UNIPAMPA. Resolução nº 141, de 30 de junho de 2016. Disponível em https://sites.unipampa.edu.br/proplan/files/2017/02/141_2016-plano-de-gestao-de-logistica-sustentavel.pdf. Acesso em 09 de out. 2021.

YIN, Robert K. *Estudo de caso: planejamento e métodos*. Trad. Daniel Grassi. 2 ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.